



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Encaminhe-se à comissão de
Constituição, Justiça e Redação

em 14/02/11

Presidente

PROJETO DE LEI _____ DE _____ DE FEVEREIRO DE 2011.

PROTOCOLO Nº 010
Data 09/02/11 15:00 horas
<i>[Assinatura]</i>
SERVIÇO DE EXPEDIENTE

DISCIPLINA O DESCARTE, O RECOLHIMENTO E A DESTINAÇÃO DE MEDICAMENTOS VENCIDOS E A VENCER COMO PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E A SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.

ANTÔNIO ROBERTO GOMIDE, PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Todo tipo de medicamento e insumos para medicamentos que se encontrem com o prazo de validade vencido deverá ser depositado pelo usuário em recipientes previamente instalados nas farmácias, drogarias e nos postos de saúde do município de Anápolis, que serão remetidos à Vigilância Sanitária para repasse aos fabricantes, aos distribuidores ou aos importadores, para que estes adotem os procedimentos de destinação final ambientalmente adequado.

Parágrafo único- Os medicamentos e insumos para medicamentos parcialmente utilizados e dentro do prazo de validade somente poderão ser entregues às farmácias, drogarias e nos postos de saúde para eventual reaproveitamento ou inutilização mediante prévia avaliação técnica.

Artigo 2º - Os estabelecimentos que comercializam e fornecem medicamentos ficam obrigados a disponibilizar ao público em geral caixas de coleta de fármacos vencidos no seu interior, em local visível e de fácil acesso, para posteriormente remetê-los ao órgão sanitário do Município.

Artigo 3º - O Poder Executivo Municipal poderá definir e criar entrepostos alternativos para recebimento dos medicamentos a serem descartados pelos usuários.

Artigo 4º - O Município de Anápolis providenciará mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento desses produtos até o efetivo repasse ao fabricante e ainda adotará medidas para esclarecer à população sobre a importância e necessidade do usuário em se desfazer do medicamento com data de validade vencida ou a vencer, como forma de prevenção a danos a saúde pública e ao meio ambiente.

Artigo 5º - O descumprimento das obrigações contidas no artigo 2º da presente Lei, importará em multa de 200% (duzentos por cento) sobre o preço de fábrica dos medicamentos vencidos, penalidade esta a ser aplicada pelo órgão indicado através de decreto do Poder Executivo, sem prejuízo de demais penalidades previstas em legislação pertinente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

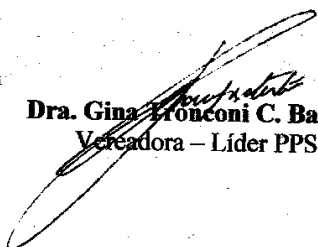
§ 1º Os recursos arrecadados com a aplicação das multas prevista nesta Lei serão destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

§ 2º Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei através de Decreto até o prazo da sua vigência.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data da sua publicação.

Artigo 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.


Dra. Gina Fronconi C. Batista
Vereadora – Líder PPS



CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

JUSTIFICATIVA

Considerando que o medicamento quando é fabricado tem um prazo de validade previamente determinado para ser consumido. Após esse prazo, passa a ser considerado resíduo químico industrial.

Considerando que a coleta seletiva do lixo faz parte de estratégias saudáveis à qualidade de vida do povo brasileiro.

Considerando que a indústria farmacêutica é responsável por colocar no mercado substâncias químicas em forma de medicamentos além de toda a cadeia de produção e destino adequado aos resíduos de suas produções.

Considerando a necessidade de estabelecer equidade de responsabilidades no que concerne à destinação dos medicamentos com prazo de validade expirado. Ainda, busca a proteção ao meio ambiente, aos usuários e à sociedade organizada como um todo.

Considerando que o descarte irregular no meio ambiente de remédios que já não têm mais uso, podem contaminar rios, mares e lagoas.

Considerando que o objetivo principal desta medida é o de preservar o meio ambiente e garantir a saúde da população.

É como justificamos a presente proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.


Dra. Gina Ronconi C. Batista
Vereadora – Líder PPS